

# sobre Constituinte, diz Lyra

## Sarney quer referendun

Do Sucursal de Brasília

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, 46, afirmou ontem que a mensagem convocando a Assembléia Nacional Constituinte, a ser enviada pelo presidente José Sarney ao Congresso "ainda este mês", conterà a determinação de que se realize um "referendum popular", simultaneamente às eleições de 1986, para verificar se realmente é da vontade da população que o futuro Congresso tenha poderes constituintes.

Além da proposta do "referendum popular", para apurar formalmente a opinião dos eleitores em relação à elaboração da nova Carta constitucional, a mensagem deverá conter, segundo o ministro, o ato convocató-

rio da Assembléia Constituinte e ainda a proposta de que os deputados e senadores eleitos sejam investidos de poderes constituintes.

Lyra defendeu a realização de um plebiscito nacional, que também seria feito junto com as eleições de novembro de 1986, para saber se os eleitores concedem aos senadores eleitos em 1982 — e não apenas aos novos deputados e senadores — o direito de participarem, como constituintes, da elaboração da nova Carta. De acordo com a proposta do ministro, os 25 senadores que não concorrerão ao pleito de 1986, porque têm mandato até 1990, só poderiam integrar a Assembléia Nacional Constituinte com a aprovação dos eleitores.

## Pedessista propõe plebiscito

Do Sucursal de Brasília

O deputado Jorge Arbage (PDS-PA), 61, vai apresentar à Câmara, na próxima semana, proposta de emenda à Constituição estabelecendo que, concomitantemente às eleições gerais de 1986, o eleitorado responda a uma consulta plebiscitária sobre a conveniência ou não de os futuros membros do Congresso Nacional e das assembleias legislativas, além do terço do Senado cujo mandato (de oito anos) só expira em 1990, serem investidos na condição de legisladores constituintes.

De acordo com o projeto anunciado por Arbage, o plebiscito, se aprovado, será realizado sob os auspícios do Tribunal Superior Eleitoral, cabendo ao eleitorado responder sobre ele na

mesma cédula eleitoral em que exercer o direito de voto.

No entendimento do parlamentar paraense, a consulta que pretende é a forma mais democrática de convocação da Constituinte, "porque o eleitorado, no momento em que escolhe os seus representantes nas duas câmaras do País e nas assembleias legislativas, já o fará consciente de que ele será ungido da prerrogativa de legislador constituinte".

Arbage afirmou que a emenda, cujo conteúdo coincide "em gênero, número e grau" com a opinião do assessor especial do presidente José Sarney, ex-deputado Célio Borja, está elaborada há algum tempo, conta com assinaturas de apoio de um terço da Câmara e do Senado e será apresentada formalmente ao Congresso na próxima segunda-feira.

## Borja nega a consulta em 86

Do Sucursal de Brasília

O governo não cogita, pelo menos por enquanto, de promover um plebiscito para dar poderes constituintes ao futuro Congresso, segundo o assessor especial do presidente José Sarney para a área política, o ex-deputado Célio Borja. Borja, atribui o noticiário da imprensa acerca do assunto a um erro de interpretação de um trabalho acadêmico elaborado por ele no ano passado.

Em setembro de 1984, estimulado por um grupo de doze advogados do Rio, Borja, que é constitucionalista, redigiu um texto em que levanta questões operacionais da Assembléia Constituinte — entre elas a incorporação ou não dos senadores eleitos em 1982 ao trabalho constituinte e a necessidade do funcionamento do Congresso ordinário, para a aprovação de atos do Executivo e projetos de lei indispensáveis à administração do País. Na ocasião, ele advogou a inclusão na cédula a ser usada na eleição dos parlamentares federais, em 1986, de consulta sobre a concessão de poderes constituintes ao próximo Congresso — o que resolveria, em caso de resposta positiva, o problema dos senadores que não concorrerão em 1986 por terem mandatos até 1991.

O estudo, porém, é "meramente acadêmico", adverte Célio Borja, e não configura sugestão do atual assessor do Presidente da República ao governo e aos partidos. Aliás, ele acrescenta que até ontem o presidente José Sarney não havia lhe solicitado nenhuma colaboração na área da futura Constituinte, e ainda não sabe se será chamado a colaborar nesse assunto. De qualquer modo, Borja rejeita a classificação de "plebiscito" à fórmula que sugeriu há oito meses, e prefere apontá-la apenas como um ordenamento do que se fará, a partir de 1987, no edifício do Congresso.

Se eleitos com poderes constituintes, deputados e senadores — segundo o assessor — terão de elaborar a nova Constituição mantendo o sistema bicameral de votação. Isto é, votações separadas na Câmara e no Senado, descartando-se a apreciação pelos senadores dos artigos ou emendas desaprovados pelos deputados. Em caso de não concessão de poderes constituintes ao próximo Congresso, os eleitores serão obrigados a eleger simultaneamente deputados, senadores e constituintes. E a Constituinte, inteiramente autônoma, funcionará pelo sistema unicameral, com uma única votação para cada tema.

## Lucena é contra o plebiscito

Do Sucursal de Brasília

A realização de um plebiscito como instrumento de legitimação da Constituinte foi considerada ontem "desnecessária" pelo líder do governo no Senado, Humberto Lucena, 55. Ele acrescentou que o governo não cogita dessa fórmula e que a assessoria do presidente Sarney continua preparando a minuta de uma proposta de emenda constitucional que será encaminhada brevemente ao Legislativo, atribuindo o caráter de Assembléia Constituinte ao Congresso a ser eleito no próximo ano.

Lucena considera legítima a iniciativa do Executivo, de convocar a Constituinte, levando em consideração que "na realidade houve no País, nos últimos anos, uma ruptura da ordem constitucional". Dentro dessa linha de raciocínio, o senador paraibano sustenta que a Constituição de 1946 foi violada pelos atos institucionais baixados pelo movimento de 64 e por isso "estamos vivendo no País o caos institucional". Feita a constatação, indaga o líder: "Isso é ou não uma ruptura na ordem institucional?"

Para Lucena, ao invés do plebiscito, "o que é importante é que se promova uma ampla campanha de esclarecimento popular sobre o papel a ser exercido pelos deputados e senadores eleitos em 1986, como constituintes". Tal campanha, a seu ver, poderia ser coordenada pela comissão especial representativa das diversas forças da sociedade, que o presidente Sarney pretende designar brevemente.

O líder do governo adiantou que, sem prejuízo das consultas pessoais que já vem realizando, pretende reunir a bancada do PMDB na próxima quarta-feira para discutir a situação dos senadores eleitos na eleição de 1982. Como os mandatos senatoriais são de oito anos, esse senadores não receberão delegação do eleitorado, no próximo ano, para atuar como constituintes. Por isso as lideranças governistas estão empenhadas em encontrar uma fórmula capaz de contornar essa limitação, considerando inclusive a possibilidade de realizar um plebiscito.

ANC 88  
Pasta Jun/85  
038/1985

FOLHA DE SÃO PAULO